



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0007757-45.2013.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Erasmio Stefano Beltrame**  
Requerido: **Banco Panamericano Sa**

Proc. 845/13

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

ERASMO STEFANO BELTRAME, já qualificado nos autos, moveu ação de obrigação de fazer com preceito cominatório cc indenização por danos morais, contra PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A, sucessora do Banco BTG Pactual S/A, instituição financeira também já qualificada, alegando, em síntese, que foi proprietário do automóvel marca Fiat, modelo Uno Mille Smart, placas CVE 8375.

Diz o autor que aludido veículo foi alienado à ré em 08 de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

dezembro de 2009, conforme cópia do CRV que instruiu a inicial.

Não obstante, a suplicada não providenciou, até a data do ajuizamento desta ação, a transferência do veículo para seu nome.

Por conta disso, diz o suplicante que vem recebendo multas por infrações cometidas pelo atual usuário do bem.

Tanto é assim, que por diversas vezes foi notificado pelo CADIN Estadual, acerca da existência de pendências de IPVA e multas, desde a época da alienação do veículo.

Outrossim, consta débito relativo a inspeção veicular, o que demonstra que o automóvel está transitando fora das normas estabelecidas.

Tais fatos, segundo o autor, vêm lhe causando danos, inclusive de ordem moral.

Aduzindo que a documentação que instruiu a inicial, dá conta de que o veículo foi vendido pela ré a Claudia Roberta de Souza Ferreira, sem que as requeridas tivessem transferido a titularidade do veículo, protestou o autor pela procedência desta ação, pugnando:

- a) pela expedição de ofício ao Detran SP, em sede de antecipação de tutela, com determinação de que as multas e cobranças decorrentes de infrações cometidas a partir de 09 de dezembro de 2009, deverão recair sobre a ré;
- b) condenação da ré a transferir o veículo para seu nome, bem como ao pagamento de todos os débitos de IPVA, multas e licenciamento e outros débitos que incidiram sobre o veículo, a partir de 08 de dezembro de 2009, em prazo a ser definido pelo Juízo, sob pena de incidir em multa diária;
- c) condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos morais que lhe foram causados.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 13/24).

A fls. 32/37, este Juízo denegou o pedido de antecipação de tutela, determinando, entretanto, a expedição de ofício ao CIRETRAN, para bloqueio do veículo referido na inicial.

Regularmente citado, o Banco Panamericano Arrendamento Mercantil S/A contestou (fls. 43/55), alegando que não há nos autos, qualquer documento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

demonstrando que o autor tenha comunicado a venda do veículo ao Detran, atitude que o resguardaria de futuras pendências relativas ao veículo, conforme determina o art. 134, do Código de Trânsito Brasileiro.

Alegou, ainda, a instituição financeira ré, que a norma estabelecida pelo art. 123, inc. I, parágrafo 1º, do CTB, dá conta de que a responsabilidade pela transferência do veículo é do comprador e não da instituição financeira, que é meramente intermediária do financiamento.

Outrossim, o dispositivo contido no art. 1º, da Lei 11.649/08, dispõe que nos contratos de arrendamento mercantil de veículos, após a quitação, cabe à arrendadora, no prazo de 30 dias, remeter ao arrendatário o documento único de transferência assinado, a fim de possibilitar a transferência da propriedade junto ao Departamento de Trânsito.

Aduzindo que não restou demonstrado que o suplicante tenha sofrido qualquer dano de ordem moral, protestou a ré pela improcedência desta ação.

Pugnou, por fim, a ré, que em caso de procedência da ação, o valor da indenização seja fixado com cautela, de forma a não possibilitar o enriquecimento ilícito do autor.

Sobre a contestação, manifestou-se o autor a fls. 64/73.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

Como anotado pela própria requerida, o art. 1º, da Lei 11.649/2008, dispõe que:

*“Art. 1º. - Nos contratos de arrendamento mercantil de veículos automotivos, após a quitação de todas as parcelas vencidas e vincendas, das obrigações pecuniárias previstas em contrato, e do envio ao arrendador de comprovante de pagamento dos IPVAs e dos DPVATs, bem como das multas pagas nas esferas Federal,*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

*Estaduais e Municipais, documentos esses acompanhados de carta na qual a arrendatária manifesta formalmente sua opção pela compra do bem, exigida pela Lei 6.099, de 12 de setembro de 1974, a sociedade de arrendamento mercantil, na qualidade de arrendadora, deverá, no prazo de até trinta dias úteis, após recebimento destes documentos, remeter ao arrendatário:*

*I - o documento único de transferência (DUT) do veículo devidamente assinado pela arrendadora, a fim de possibilitar que o arrendatário providencie a respectiva transferência de propriedade do veículo junto ao departamento de trânsito do Estado.”*

Ora, se assim dispõe a legislação aplicável às operações de arrendamento mercantil envolvendo veículos automotores, dúvida não há de que o cumprimento do disposto no inc. I, do art. 1º, da Lei 11.649/2008, exige que o veículo arrendado esteja registrado em nome da arrendadora, proprietária do bem.

De fato, do contrário, não teria ela como encaminhar ao arrendatário, o documento de transferência devidamente assinado.

Outrossim, não pode passar sem observação, o fato de que somente pode efetuar operação de arrendamento, na qualidade de arrendador, aquele que figura como proprietário do bem.

Portanto, se a ré celebrou com terceiro, contrato de arrendamento mercantil, tendo por objeto o bem referido na inicial, fato, aliás, não contestado, é ela, sim, proprietária do bem, ainda que não detenha sobre ele posse direta, máxime considerando o teor do documento de fls. 18, também não impugnado.

Destarte, dúvida não há de que a suplicada estava (como ainda está), obrigada, por força de contrato, a proceder a transferência para seu nome, da documentação relativa ao veículo a ela vendido pelo autor.

Realmente, o contrato, como bem ensina Orlando Gomes (Contratos - Forense - pg. 37), "*obriga os contratantes, quaisquer que sejam as circunstâncias em que tenha que ser cumprido. Estipulado validamente seu conteúdo, vale dizer definidos os direitos e obrigações correspondentes a cada parte, as cláusulas que o constituem têm, para os contratantes, a mesma força obrigatória de uma lei. Diz-se que é intangível, para significar-se a irretratabilidade do acordo de vontades.*"



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Mas não é só.

Com efeito, o dispositivo contido no art. 123, inc. I, do CNT, obriga o adquirente a registrar o veículo por ele adquirido, em seu nome, em havendo a transferência de propriedade.

E assim é, porque o registro do veículo em nome do proprietário, no DETRAN, é uma consequência da aquisição do domínio e não um meio de adquiri-lo.

In casu, o domínio do veículo, como se vê a fls. 18, foi transferido pelo autor à ré.

Logo a ela, e tão somente a ela, cumpria proceder (cumpre ainda) a transferência do bem para seu nome, como consequência da aquisição da propriedade ou domínio.

Há nos autos, como se vê a fls. 19/20, prova de que sobre o automóvel incidiram multas, após a data do negócio feito entre as partes.

Outrossim, consta a fls. 19, que o IPVA relativo aos exercícios de 2010 a 2013 não foi pago.

O DPVAT relativo aos exercícios de 2012 e 2013 também não foi pago.

Isto posto, e considerando que o automóvel desde 14 de dezembro de 2009, pertence à suplicada, dúvida não há de que os tributos, seguro obrigatório e multas, incidentes sobre o automóvel a partir daquela data (14/12/2009) são de sua responsabilidade.

Realmente, tendo em conta a compra e venda de coisa móvel se opera pela tradição e o registro do veículo em nome do proprietário no DETRAN, como acima observado, é uma consequência da aquisição do domínio e não um meio de adquiri-lo.

Isto posto, a procedência da ação, no que diz respeito à obrigação de fazer postulada na inicial, relativamente à transferência do veículo e assunção pela ré da responsabilidade pelos débitos incidentes sobre o automóvel, a partir da data da venda, ou seja, 14 de dezembro de 2009, é de rigor.

Por fim, o suplicante, sofreu danos de ordem moral, sim, por



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

conta de desídia da suplicada.

Desídia injustificável, máxime tendo em conta o fato de que a ré é instituição financeira, afeita ao arrendamento mercantil.

Em verdade, presume-se que na qualidade de arrendadora, sempre teve noção, assim como seus auxiliares, dos danos que sua desídia poderia causar ao autor.

Fácil entender, aliás, a ansiedade e aborrecimento sofridos pelo autor, ao passar a receber cobranças concernentes a veículo que não mais lhe pertencia.

Maior irritação ainda sofreu o autor, ao verificar que muitas foram tiradas em seu nome, em virtude do comportamento desidioso da suplicada.

Certamente o autor não pode se responsabilizar pelo comportamento culposos da suplicada.

Realmente, houve incúria por parte do ré; ou melhor, negligência, modalidade de culpa.

De fato, considerando sua situação de instituição financeira, a ré não só tinha condições de prever as conseqüências de sua incúria, como também de se determinar em sentido contrário.

Isto posto, afigura-se de rigor a condenação da ré ao pagamento de indenização, posto que indiscutível, como acima anotado, que de seu comportamento, adveio para o autor, danos de ordem moral.

Assentado o dever de indenizar do réu, cabe a este Juízo fixar o valor da indenização.

A indenização por dano moral, segundo julgado publicado em JTJ LEX 142/95, mencionado por Rui Stoco, em Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial - pg. 405, deve ser arbitrada, pois, "nada dispondo a lei a respeito, não há critérios objetivos para cálculo e esse dano nada tem com as repercussões econômicas do ilícito."

É certo que na hipótese, a indenização, além do aspecto punitivo, deve propiciar ao prejudicado uma satisfação que atenuie a ofensa causada, sem entretanto, lhe possibilitar enriquecimento, ou mudança substancial de padrão de vida.

Realmente, não é esse o sentido da indenização por danos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

morais.

O que se pretende com a indenização é a reparação do dano originado no agravo que produz dor psíquica, abalo do sistema nervoso, depressão, vergonha, que ferem a dignidade da pessoa.

Isto posto, e tendo por escopo a manutenção, com a natural reserva que a situação impõe, entendo razoável, a fixação da indenização, em R\$ 7.240,00, quantia que corresponde a 10 salários mínimos, valor federal.

Nos termos da Súmula 362 do STJ, a indenização ora fixada deve ser corrigida a partir da data da publicação desta sentença.

Os juros de mora incidirão a partir da citação.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente** a ação.

Em consequência, condeno a ré a proceder no prazo de 15 dias, contados do trânsito em julgado desta:

- a) a transferência do veículo objeto desta ação, para seu nome, como consequência da aquisição da propriedade ou domínio;
- b) a quitar todas as multas e tributos (IPVA e DPVAT) pendentes sobre o veículo, incidentes a partir de 14 de dezembro de 2009.

A requerida deverá comprovar nos autos o cumprimento das obrigações a que foi condenada.

Fixo, fundamentado no art. 461, do CPC, para a hipótese de descumprimento do preceito, multa diária do valor de R\$ 1.000,00.

Porém, amparado em julgado publicado em JTJ 260/321, e, ainda, considerando o que dispõe o art. 461, § 6º, do CPC, entendo que a multa diária não deve ultrapassar o valor de mercado do veículo referido nesta ação.

Conforme consulta efetuada nesta data, junto à Tabela FIPE, o valor de mercado do veículo aludido nos autos, é de R\$ 10.134,00.

Portanto, a multa diária deve se limitar ao valor do veículo, ou seja, R\$ 10.134,00.

Por fim, fundamentado no art. 5º, inc. X, da CF e art. 186, do CC, condeno a ré a pagar ao autor, indenização por danos morais, que fixo em R\$





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

7.240,00 (sete mil, duzentos e quarenta reais).

Nos termos da Súmula 362 do STJ, a indenização ora fixada deve ser corrigida a partir da data da publicação desta sentença.

Os juros de mora incidirão a partir da citação.

A ré arcará com as custas do processo e honorários advocatícios, que fixo, fundamentado no art. 20, do CPC, em 20% do valor da indenização fixada para os danos morais.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 07 de janeiro de 2014.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**